



LEI

LEIS 2.462-2.466-2.467-2.470-2.472-2.473-2.474



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº. 2.462, de 29 de agosto de 2019

Altera a Lei Municipal nº. 2.366, de 11 de outubro de 2016, alterada pelas Leis Municipais nºs. 2.212, de 30 de dezembro de 2011 e 2.260, de 16 de dezembro de 2008, na forma que indica, revoga Lei Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados o art. 9º, **caput**, e seus §§ 2º e 3º com a inclusão do § 4º e renumeração do dispositivo assim numerado, como sendo § 5º, e art. 10, **caput**, seu parágrafo único que passa a ser o § 1º e com a inserção do § 2º, da Lei Municipal nº. 2.366, de 11 de outubro de 2016, alterada pelas Leis Municipais nºs. 2.212, de 30 de dezembro de 2011 e 2.260, de 16 de dezembro de 2008, renumerando-se os demais dispositivos se necessário, cujos termos seguem transcritos:

“Lei Municipal nº. 2.366 de 11 de outubro de 2016

EMENTA: Dispõe sobre o Conselho e Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas do Município de – e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
SEÇÃO I
DA INSTITUIÇÃO E DEFINIÇÕES
(...)
SEÇÃO II
DAS AVALIAÇÕES
(...)
CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA
(...)
SEÇÃO II
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 9º. O COMPOD será integrado, de forma paritária, por 14 (quatorze) membros, e seus respectivos suplentes, observadas as seguintes representatividades:

Prefeitura Municipal

Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

(...)

§ 2º. O Poder Público integrará o COMPOD, com 07 representações, preferencialmente detentores de cargos efetivos indicados pelos titulares das seguintes representatividades:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV - 01 (um) representante da Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania – FICC;
- V - 01 (um) representante da Polícia Militar do Estado da Bahia;
- VI - 01 (um) representante da Polícia Civil do estado da Bahia; e
- VII - 01 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal, Delegacia de Itabuna.

§ 3º. O COMPOD será integrado, também, por 07 (sete) representantes das Entidades ou de Instituições que já atuam na área da prevenção, tratamento e reinserção social do usuário e apoio aos familiares.

§ 4º. Para atender ao disposto no § 3º deste artigo, será realizado um chamamento público, publicado no diário oficial do Município e em pelo menos um jornal local de grande circulação, para escolha dos seus membros, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, seguindo os seguintes critérios de inscrição, por parte das entidades, para ser representante:

- a) cada entidade poderá concorrer a uma única vaga representativa;
- b) as entidades pleiteantes ao chamamento público deverão se inscrever mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - b1) requerimento de inscrição devidamente preenchido;
 - b2) ata das três (03) últimas reuniões da entidade;
 - b3) ata da reunião de fundação da entidade;
 - b4) cópia do CNPJ da Entidade da entidade;
 - b5) cópia do estatuto, em vigor, devidamente registrado em cartório;
 - b6) ata de posse da Diretoria da Instituição, atualizada.

§ 5º. As Entidades indicadas e de que tratam os parágrafos anteriores deste artigo, ainda que da Administração Municipal Centralizada e Descentralizada, deverão, formalmente, indicar ao Poder Executivo seus representantes e respectivos suplentes para o COMPOD, cujas nomeações ocorrerão por Decreto e serão publicadas em Órgão Oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

Art. 10. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, admitida sua recondução por iniciativa da Entidade, com assento no conselho, de no máximo 07 (sete) membros.

§ 1º. O Regimento Interno do COMPOD instituirá critérios e condições para a recondução dos Membros de que trata o caput deste artigo, assegurando inclusive alternância na recondução.

§ 2º - A função de Presidente do COMPOD será alternada, a cada 02 (dois) anos, entre representação do Poder Público e das Entidades representativas da Sociedade Civil Organizada.

(...)"

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo promover a publicação da Lei Municipal nº. 2.366, de 11 de outubro de 2016, com a indexação das alterações promovidas por este Diploma Jurídico.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o texto da Lei Municipal nº. 2.366, de 11 de outubro de 2016 que conflitem com as alterações efetivadas por esta Legislação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 29 de agosto de 2019.

FERNANDO GOMES OLIVEIRA
Prefeito

MARIA ALICE ARAÚJO PEREIRA
Secretária de Governo